Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante

Brasilia, 10 de fevereiro de 2014.

Ofício Nº 02/2014

Ilmo Senhor
Dr. Helder Magno da Silva
DD. Procurador da Justiça em Minas Gerais
Belo Horizonte - MG

Prezado Senhor,

Em resposta ao seu oficio de nº 602/14, referente ao inquérito civil nº 1.22.000.408/2013-91, a Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante (ABCDT), obedecendo a cada um dos quesitos, informa que:

a) Não há estudos comparativos entre os serviços ofertados por Hospitais Públicos e Clínicas Privadas de diálise. Teoricamente, não deveria haver qualquer diferença.

b) Não há dados, até onde se sabe, sobre o quantitativo de pacientes transferidos de hospitais públicos para clínicas privadas. Tem-se conhecimento sim, pela mídia, da completa falta de condições de atendimento em Hospitais Públicos pelo Brasil afora, o que, sem dúvida, obrigariam muitos pacientes e familiares a procurarem clínicas privadas, que prestam serviços ao SUS, para conseguirem tratamento adequado.

c) Praticamente toda a demanda de pacientes necessitando de tratamento dialítico é suprida pelas clínicas privadas. Cerca de 90% de todos os pacientes do Brasil são atendidos em entidades não governamentais. Todos os associados da ABCDT, sem exceção, prestam um serviço da mais alta relevância e qualidade, obedecendo à normas rígidas ditadas pelo Ministério da Saúde e Vigilância Sanitária, embora o reembolso ofertado pelo Governo seja um dos piores da América Latina. Os proventos são menores que o de países com economia infinitamente inferior à brasileira, como por exemplo, Argentina, Uruguai, Colômbia, Chile, Bolívia e Paraguai.

d) Boa parte das Clínicas Associadas funcionam com capacidade máxima instalada, em três turnos diários de atendimento. No Brasil, trata-se cerca de 400 pacientes renais crônicos por milhão de habitantes. Em países desenvolvidos, onde os investimentos em saúde pública são adequados, esse número chega a 800 ou 1.000 renais por milhão de habitantes. Levando em consideração que a população brasileira não é diferente, significa que metade dos renais crônicos do Brasil não tem acesso ao tratamento.

e) Porém, no Brasil acontece exatamente o contrário: a maciça maioria dos pacientes é atendida por entidades privadas, filantrópicas ou não, sendo sim

SRTVS 701 CONJ. E BI.III N° 130 SALA 505 – ASA SUL – BRASÍLIA -DF – CEP: 70.340-901

Tels.:(61)3321-0663 / 3322-0078 / 3223-0672 – Fax: (61) 3225-4725

www.abcdt.org.br / abcdt@abcdt.org.br

complementar a atuação dos Hospitais Públicos nessa área. As políticas governamentais com relação a essas clínicas, associados da ABCDT, é de puro descaso. Não há uma maneira, com o que se recebe pelo serviço prestado, de manter investimentos necessários em máquinas e equipamentos, e muito menos para construção de novas clínicas, que deveriam crescer, ofertando mais vagas à população, na mesma cadência do aparecimento de novos casos anualmente. Não há por parte da iniciativa privada, nenhum interesse hoje, em investir nessa área de atuação no Brasil, pois o retorno é pífio, quando não, inexistente.

f) Não há como já foi exposto, nenhuma parceria entre o Governo e as Clínicas de Diálise. A palavra parceria significa a existência de uma relação pautada no respeito, na dignidade e na busca de um mesmo objetivo, que deveria ser o tratamento do paciente em condições dignas, com os "parceiros", cada um do seu lado, satisfeitos no desempenho do seu papel. Não é essa a realidade. Os associados da ABCDT estão cada vez mais desestimulados, desempenhando um serviço comparável àquele de países do primeiro mundo, mas recebendo pela prestação desse serviço um reembolso igual ou pior que os observados em nações muito mais pobres, ditas do terceiro mundo.

Atenciosamente,

Hélio Vida Cassi
Presidente - ABCDT